

Portugal intervém no reescalonamento da dívida externa moçambicana

Expresso $\frac{19}{54}$

DELEGAÇÕES de Portugal, França, Grã-Bretanha, Itália e observadores suecos participaram a semana passada na missão que durante quatro dias manteve conversações com as autoridades monetárias e económicas da República Popular de Moçambique com vista à elaboração de uma resposta ao pedido de reescalonamento da dívida externa moçambicana, formulado pelo Governo daquele país.

Actuando no âmbito do «club de Paris» — que assume para os países não membros do Fundo Monetário Internacional, as funções que o FMI desempenha face aos seus associados — a missão integrava os países maiores credores da RPM no que toca a empréstimos concedidos directamente pelos governos ou por eles garantidos.

Durante a visita a Maputo, que terminou com um encontro com o próprio presidente Samora Machel, a delegação internacional recolheu informação estatística sobre a evolução recente da economia moçambicana e discutiu o

programa de recuperação económica elaborado pelas autoridades de Maputo.

Segundo um membro da delegação portuguesa «**em termos de informação estatística sobre o passado recente, já está quase tudo**

recolhido, seguindo-se agora a elaboração do relatório de situação que deverá ser submetido à apreciação dos principais credores em meados de Junho». Segundo esta fonte, é possível que uma reunião entre os credores e as autoridades moçambicanas venha a ter lugar

em Julho para decidir sobre as condições de reescalonamento da dívida externa daquele país.

Moçambique havia pedido a consolidação a 15 anos dos créditos já vencidos e a vencer até ao final de 1986. Em termos simples, a

República Popular de Moçambique desejaria não pagar, durante um período de sete anos, os juros e as amortizações que deveria ter pago até este ano e os que lhe competiria pagar durante o biênio seguinte. Todos estes créditos ficariam a capitalizar juros e a respectiva dívida global seria paga ao longo dos oito anos seguintes a este primeiro período.

Tais condições de reescalonamento da dívida nunca foram concedidos a qualquer outro país africano — recentemente a Nigéria conseguiu um reescalonamento que, além de só dizer respeito aos créditos já vencidos, tem um período de oito anos — e observadores do «club de Paris» reconhecem que dificilmente se abriria um precedente deste género para Moçambique, apesar do conjunto de dificuldades muito particulares (seca, guerra e cheias) a que o país esteve sujeito.

Em Julho a questão deve encontrar uma solução, e Portugal, como país maior credor, deverá ter uma palavra importante a dizer.